

Os Movimentos Surdos e a luta pelos direitos educacionais das pessoas surdas¹

Janete Mandelblatt*

Chamam-se Movimentos Surdos as organizações da comunidade surda que desenvolvem ações políticas e sociais voltadas para esse segmento. Sua história, relatada de forma concisa a seguir, demonstra o lento processo de inserção social dessas pessoas, seu gradual crescimento de consciência política e sua luta contra a marginalização e em prol da igualdade de direitos e de oportunidades na vida educacional, profissional e social.

Até a Idade Média, os surdos, ao menos no chamado mundo ocidental, foram, de um modo geral e na maioria das sociedades, considerados como seres desprovidos de capacidade intelectual e, portanto, incapazes de qualquer aprendizado. Somente em meados do século XVI, membros de determinados setores da sociedade europeia começaram a cogitar possibilidades de “tratamento” ou de educação de alguns desses desfavorecidos.

A incidência da surdez, naquele tempo, costumava ser alta nas famílias da aristocracia e da realeza em virtude, muito provavelmente, da prática comum dos casamentos consanguíneos como forma de manter as riquezas numa mesma camada social. Interessados em que seus filhos surdos pudessem ter acesso a heranças e a títulos de família – e para gozar desse direito, de acordo com as exigências da época, precisavam, aprender a ler e escrever minimamente – foram os nobres os primeiros a pensar na necessidade da educação das pessoas sem audição.

*Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense – UFF.
Professora do Departamento de Educação Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES

¹ Texto adaptado a partir de recorte da tese de doutorado da autora: MANDELBLATT, J. *Políticas públicas, (des)igualdade de oportunidades e ampliação da cidadania no Brasil: o caso da educação de surdos (1990-2014)*. 2014, 263 f. Tese (Doutorado em Ciência Política), Departamento de Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

Disponível em: <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/683>

Assim, meninos e meninas surdas nascidos nas famílias mais ricas passaram a ser enviados para estudar em conventos, onde monges, afeitos ao Voto do Silêncio e habituados ao consequente uso de uma linguagem através das mãos para se comunicarem entre si durante as tarefas cotidianas de subsistência, compreendiam a necessidade dos sinais como ponto de partida para a educação dos surdos.

Por outro lado, a Igreja Católica acreditava que as almas das pessoas surdas não poderiam ser consideradas imortais, já que essas pessoas não podiam falar os sacramentos. Por conseguinte, para que tivessem o direito de ingresso no reino dos céus, era preciso que lhes fosse ensinada a utilização da fala.

Com os anos, e a partir dessas duas pressões – a necessidade, por motivos de ordem material, de que, ainda que não falassem, aprendessem a ler e a escrever, e a exigência, por razões religiosas, de que viessem a falar –, desenvolveram-se iniciativas antecedentes do que hoje chamamos de Oralismo e outras precursoras do que conhecemos como Gestualismo.

Partidários da primeira corrente acreditavam na possibilidade de que os surdos fossem “reabilitados”, “superassem sua surdez”, falassem e, de certo modo, se comportassem como se não fossem surdos. Os da segunda, mais atentos às dificuldades, ou mesmo impossibilidades, dessas pessoas com a língua falada, foram capazes de ver que elas desenvolviam uma linguagem com as mãos que, apesar de diferente da oral, era eficaz para a comunicação e lhes abria as portas para o conhecimento da cultura.

Com base nessas posições, já abertamente encontradas no final do século XVIII, configuraram-se duas orientações divergentes, que se mantiveram em oposição até a atualidade, apesar das mudanças ocorridas no desdobramento de propostas educacionais. Fundaram-se as primeiras escolas públicas para surdos, uma de base Oralista, na Alemanha, e outra, com orientação Gestualista, na França. Esta última, além do grande sucesso entre os surdos, obteve bons resultados em termos educacionais. Em consequência, a língua de sinais se difundiu e os surdos franceses começaram a vislumbrar possibilidades de se integrar na sociedade.

Em 1834, pela primeira vez na História Ocidental um grupo de alunos surdos criou, na França, um evento anual, usado como fórum para tornar públicas as suas ideias e exigências. Nascia, assim, o Movimento Surdo, numa época em que os surdos

franceses tentavam tomar conta de suas vidas e ter consciência do que os rodeava, lutando por seus direitos e procurando resolver seus próprios problemas. Seguidamente, em 1838, foi fundada no mesmo país a Sociedade Central de Assistência e Educação de Surdos-Mudos – a primeira associação de surdos do mundo.

A filosofia e a metodologia da Escola Francesa foram adotadas, nas décadas seguintes, em diversos países, inclusive com a orientação de surdos formados naquela instituição, como foi o caso do Brasil: em 1857, no Rio de Janeiro, D. Pedro II funda a primeira escola brasileira para surdos com subvenção nacional, o Imperial Instituto para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos, dirigida por seu idealizador, E. Huet, egresso da Escola Francesa. Tal instituição, após passar por várias mudanças, inclusive de endereço e de nome (além de orientação política e pedagógica), veio a ser o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Fazendo uso de sinais e buscando a compreensão e produção da língua portuguesa escrita, o Instituto tinha como metas principais ensinar aos alunos (meninos e meninas, o que não era comum no século XIX) uma linguagem que os habilitasse a manter relações sociais, resgatando-os do isolamento, e oferecer ensino profissionalizante, visando garantir sua autonomia e sobrevivência. As atividades de leitura e articulação labial (oralização) não eram ofertadas a todos, fazendo-se esse trabalho diferenciado apenas com os que tivessem possibilidades (a depender da etiologia da surdez, dos resquícios auditivos e das condições intelectuais), desejo e aptidões para tanto.

Em paralelo, nos Estados Unidos, onde já havia escolas para surdos com metodologia própria desde 1817, o Congresso autorizou, em 1864, a abertura do primeiro curso universitário para não-ouvintes numa instituição que viria, com os anos, a se transformar na atual Universidade de Gallaudet, em Washington.

Como efeito do avanço e da divulgação das práticas pedagógicas com surdos, em 1878 realizou-se em Paris o I Congresso Internacional sobre a Instrução de Surdos, a partir do qual essa minoria obteve, na França, ganhos importantes, como o direito a assinar documentos, dando início à sua saída da marginalidade social.

Por outro lado, o método oralista também vinha ganhando cada vez mais adeptos e estendendo-se progressivamente para a maioria dos países europeus, acompanhando o destaque político da Alemanha no quadro internacional da época.

Em 1880, quando já funcionavam mais de 360 institutos fazendo uso de sinais, espalhados pela Europa, Estados Unidos, México, Canadá e Japão, além do Brasil, o II Congresso Internacional sobre a Instrução de Surdos, em Milão, oportunizou um encontro de profissionais dessa área, ouvintes na quase totalidade, que, após acalorados debates a respeito de ensino, métodos, escolas etc., aprovou, por aclamação, a recomendação do uso exclusivo da metodologia oralista e a proscrição dos sinais na educação de pessoas surdas.

A argumentação vencedora foi de que a utilização dos sinais desviava o surdo da aprendizagem da língua oral – considerada por aqueles educadores como essencial para a socialização – e que sua organização na estrutura frasal e na estrutura de narrativa interferia e dificultava o domínio da língua escrita – fundamental, a partir de seu ponto de vista – para o desenvolvimento intelectual de qualquer pessoa.²

A partir de então, a educação dos surdos passou, mundialmente, a priorizar a aprendizagem da língua oral, sendo que o longo tempo e o imenso esforço necessários para o desenvolvimento desta tarefa fizeram com que o ensino das disciplinas escolares e de seus conteúdos acabassem, na maioria das vezes, ficando em segundo plano.

Professores surdos em diversos países foram afastados de suas funções e o associativismo surdo, ainda incipiente, aos poucos foi se dissolvendo. Ao longo do século XX, no Brasil, apenas em alguns lugares – e o INES foi um deles – foi possível às pessoas surdas manter, muitas vezes às escondidas e na clandestinidade, o uso da língua de sinais.³ Enquanto isso, o esforço na linha oralista produzia, de um modo geral, sujeitos ainda com muitas dificuldades de socialização e, frequentemente, apenas parcialmente alfabetizados.

² Para uma discussão aprofundada deste tema, sugere-se a leitura de ROCHA, 2009 e 2010.

³ No INES, conforme mostram as pesquisas de Rocha, mesmo quando a linha oralista predominou nas diretrizes pedagógicas e a “mímica” ou “comunicação gestual” (como muitos diziam, na época) foi proibida durante as aulas, ex-alunos eram contratados para trabalhar no Instituto e a comunicação através dos sinais continuou a ser utilizada, principalmente nos ambientes extraclasse, com o conhecimento e aceitação de alguns educadores e, dependendo da época, também do dirigente da instituição.

Em 1930, foi criada a primeira associação brasileira de surdos, no Rio de Janeiro, por ex-alunos do INES, insatisfeitos com a educação que na época o Instituto oferecia. Batizada de Associação Brasileira de Surdos-Mudos, a entidade foi idealizada para lutar pelo direito de essas pessoas voltarem a ser educadas em língua de sinais, como também para procurar vencer suas dificuldades de integração social. Desativada pouco depois devido a uma série de dificuldades, principalmente financeiras, a agremiação foi reaberta em 1971, mas novamente não teve continuidade.

Com o mesmo objetivo central, uma segunda associação, aberta também no Rio de Janeiro, em 1953, de forma idêntica teve vida curta, assim como outras criadas em São Paulo (1954) e em Minas Gerais (1956). Mais uma vez, problemas de ordem financeira foram as principais causas de suas dissoluções.

A partir dos anos 60, a divulgação dos estudos do linguista americano William Stokoe (1919-2000), comprovando que as línguas de sinais preenchem os mesmos requisitos que a linguística coloca para as línguas orais em termos léxicos, sintáticos e em relação à capacidade de expressar ideias e sentimentos e de gerar uma infinita quantidade de sentenças, provocou o início de um novo olhar para a surdez e criou abertura para o surgimento, na década seguinte, de uma nova corrente educacional denominada Comunicação Total que, de certa forma, trouxe o uso dos sinais de volta para a sala de aula.⁴

Ainda nos anos 70, profissionais ligados à surdez fundaram a Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo – FENEIDA, composta exclusivamente por pessoas ouvintes, sendo que a maioria dos surdos, por muitos anos, nem tomou conhecimento de sua existência.

Em 1983, membros da comunidade surda organizaram uma Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos e reivindicaram junto à FENEIDA espaço para trabalhar, que

⁴ Essa abordagem estimulava o professor a recorrer a quaisquer meios disponíveis para interagir com seus alunos surdos: língua oral, sinais, desenhos, mímica, pantomima, escrita etc. Criada nos Estados Unidos entre os anos 70 e 80 do século XX, difundiu-se por vários países, entre eles o Brasil, que fez uso dessa linha de trabalho a partir do final dos anos 80 até recentemente.

Centrando-se na língua oral, uma vez que a estrutura que rege o pensamento de quem a utiliza é a da língua oral, essa abordagem fez com que se desenvolvesse com os surdos um *Português Sinalizado*, que se constitui no uso de um Português adaptado, artificialmente “falado” através das mãos e que, na realidade, não se configurava como língua alguma. Mesmo assim, conforme apontado, foi através dessa abordagem que se voltou a utilizar, oficialmente, ainda que de forma arbitrária, os sinais dentro do ambiente escolar.

lhes foi negado por não se acreditar na sua capacidade produtiva. Quatro anos depois, e como fruto de muito esforço para dominar um discurso político e fazer sua voz – através das mãos – ser ouvida, o grupo formou chapa e venceu as eleições para a diretoria da federação.

A primeira atuação da nova diretoria foi a reestruturação do estatuto da instituição, que passou a ser denominada Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS). O ato não se limitou a uma simples troca de nomes, mas se configurou em uma busca de uma nova perspectiva de trabalho e de um novo olhar para os surdos, que deixaram claro que recusavam o atributo estereotipado que em geral as pessoas ouvintes lhes conferem, o de serem “deficientes”.

Hoje existem dezenas de associações de pessoas com surdez espalhadas por todo o país e ligadas à FENEIS. A importância desses espaços é destacada nas duas citações apresentadas a seguir:

As associações de Surdos são as mais importantes representantes da comunidade Surda brasileira. São guardiãs da língua de sinais, pois antes delas os Surdos não se desenvolviam. Viviam isolados com seus problemas. Nessas organizações os Surdos se reúnem para trabalhar, encontrar-se, trocar ideias, compartilhar informações sobre a comunidade Surda e a Língua de Sinais. (FERRAZ, 2009, p. 47)

Vale ressaltar a importância do trabalho de preservação das associações de surdos [...], pois foram essas as principais responsáveis pela resistência e a sobrevivência da Língua de Sinais.[...] A preservação da Língua de Sinais e da Identidade Cultural Surda são condições necessárias para a garantia da autoestima e para a manutenção da energia pela luta por direitos em uma sociedade preconceituosa e excludente. (MONTEIRO, 2006, p. 297)

Construindo teias de articulação e redes de comunicação, os Movimentos Surdos, assim como os demais movimentos populares de minorias, têm propiciado educação informal de seus membros através das oportunidades de participação em debates, deliberações e compromissos que, favorecendo uma atitude democrática por parte desses setores historicamente discriminados ou oprimidos, são responsáveis pela transformação de pessoas, até então alienadas de seus direitos, em novos atores políticos.

Uma das prioridades estabelecidas pelos Movimentos Surdos ainda na década de 1990 foi a luta pelo reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais como meio legítimo de comunicação em todo o território nacional, que culminou na promulgação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, mais conhecida como **Lei de Libras**.

Consolidada em 2005 pelo Decreto nº 5.626 e garantida em 2009 e 2011, respectivamente pelos Decretos nº 6.949 e nº 7.611, tal conquista promoveu o reconhecimento público e estatal desses cidadãos como pertencentes a uma comunidade cuja língua oficial é a Brasileira de Sinais, a garantia de seu direito de receber escolarização nesse idioma e de aprender o Português na sua modalidade escrita, e a preservação de sua liberdade de escolha por desenvolver ou não a língua oral, por meio de ações conjuntas da área da Educação com a da Saúde, através dos serviços especializados de Fonoaudiologia.

Como decorrência, disseminou-se entre educadores dessa área a compreensão de que escolas de surdos deveriam passar a funcionar como escolas regulares, com currículo básico semelhante ao das demais instituições, porém organizado com base nas potencialidades, possibilidades, necessidades e interesses específicos das pessoas surdas. Para tanto, precisariam contar com o trabalho de profissionais surdos e ouvintes, capacitados para o ensino e proficientes em Libras, conhecedores dos traços culturais da comunidade surda, adotando a língua de sinais como língua de instrução e de convivência social e buscando nos estímulos visuais a base para uma nova metodologia de ensino, tanto dos conteúdos curriculares, quanto das duas línguas: a de sinais e a portuguesa escrita.

Por outro lado, e ao mesmo tempo, à medida que o termo *inclusão* passou a fazer parte do discurso educacional brasileiro, programas e políticas nacionais, estaduais e municipais nessa perspectiva foram lançados, experiências dentro desse novo paradigma vieram a proliferar pelo país, e os surdos, assim como os outros “portadores de necessidades especiais”, passaram a ser estimulados, cada vez mais, a frequentar as classes comuns nas escolas mais próximas de suas casas, movimento que provocou um gradual esvaziamento das escolas especiais e eventual fechamento de muitas entre elas.

De qualquer forma, incluídos nas escolas regulares ou estudando em escolas de surdos, para tornar possível o gozo dos então recém-conquistados direitos linguísticos e

educacionais desses brasileiros, necessitou-se que projetos e programas para ensino e divulgação da Libras, produção e distribuição de material didático nessa língua e formação e capacitação de profissionais para trabalhar com esses alunos, nas duas línguas, fossem criados e passassem a ser implementados por todo o país, conforme se procurará mostrar no Texto-Base 2 desta Unidade.

Bibliografia:

FERRAZ, R. A. *O Mundo Surdo: passeatas dos surdos – luta e comemoração*. Monografia de Especialização em Estudos Surdos. Faculdade Santa Helena. Recife, 2009.

MANDELBLATT, J. *Políticas Públicas, (Des) igualdade de Oportunidades e Ampliação da Cidadania no Brasil: o caso da educação de surdos (1990-2014)*. Disponível em

MONTEIRO, M. S. História dos Movimentos dos Surdos e o Reconhecimento da Libras no Brasil. In: *Educação Temática Digital*, v. 7, n. 2, p. 292-302, 2006. Disponível em www.surdo.org.br

MOURA, M. C. *O Surdo: caminhos para uma nova identidade*. Rio de Janeiro: Revinter/FAPESP, 2000.

ROCHA, S. *Memória e História: a indagação de Esmeralda*. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2010.

_____. *Antíteses, díades, dicotomias no jogo entre memória e apagamento presentes nas narrativas da história da educação de surdos: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856-1961)*. Tese de Doutorado em Educação. PUC – Rio, 2009.

SÁ, N. L. *Educação de Surdos: a caminho do bilinguismo*. Niterói, EDUFF, 1999.

SKLIAR, C. (org.). Os Estudos Surdos em Educação. In: SKLIAR, C. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.